

A. I. N° - 206885.0069/07-6
AUTUADO - A. R. ALVES MOURA
AUTUANTE - JAMENSON GUEDES ARAÚJO
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET - 11/10/2007

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0333-03/07

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO NOS PRAZOS REGULAMENTARES. Ultrapassado o limite de receita bruta previsto para o estabelecimento enquadrado como microempresa, o contribuinte deveria, tendo providenciado seu reenquadramento na faixa adequada, ter recolhido tempestivamente o imposto nos moldes da legislação em vigor à época dos fatos geradores da obrigação tributária. Infração não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto Infração em epígrafe, lavrado em 30/06/2007, exige ICMS no valor total de R\$5.086,76, acrescido da multa de 50%, em razão do recolhimento a menos do ICMS devido na condição de empresa de pequeno porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração de ICMS – SimBahia. Consta, na descrição dos fatos, que o contribuinte recolheu a menos o ICMS em virtude de desenquadramento de faixa, no exercício de 2005.

O autuado pronunciou-se à fl. 09, explicando que, de acordo com a apuração do mês de junho de 2005, constatou que ultrapassara o limite de microempresa para empresa de pequeno porte. Que, ciente do ocorrido, de imediato solicitou a alteração do porte da empresa no sistema da SEFAZ, conforme Protocolo de nº 128456/2005-6, do dia 18/07/2005 (fl. 10), pedido que só foi atendido no dia 01/10/2005, conforme documento do Sistema Informatizado de Informações do Contribuinte – INC que anexa à fl. 11. Que “neste mesmo período de junho a setembro de 2005 tentamos a emissão dos Dae’s em vão, pois o sistema não permitiu”. Conclui pedindo o arquivamento do Auto de Infração para que a empresa “não seja penalizada por valores injustos e injustificáveis”, entendendo ser isto de Direito e Justiça, alegando ter anexado documentos que comprovariam a sua idoneidade no trato dos recolhimentos e lançamentos dos tributos “que foram legalmente constituídos”.

O autuante presta informação fiscal as fls.14 e 15, afirmando que o contribuinte confessa o débito, tendo o autuado citado que, sabedor do desenquadramento da sua empresa para EPP, tentara a emissão do DAE por quatro meses em vão. Questiona o porquê do sujeito passivo não ter se dirigido à INFAZ para acompanhar de perto o andamento do seu processo de desenquadramento, assinalando que, quanto à afirmação do contribuinte de que o sistema da Secretaria da Fazenda não emitira os DAEs solicitados para efetuar o pagamento do tributo, seria suficiente que o sujeito passivo se dirigisse à Inspetoria Fazendária e solicitasse dos seus atendentes que fizessem a respectiva emissão. Que o Contribuinte não pagou o tributo intencionalmente, na suposição de que a Fazenda Estadual não efetivasse o lançamento de ofício atinente ao seu débito tributário pretérito. Pede a declaração de procedência da autuação.

VOTO

O Auto de Infração em análise exige ICMS em razão do recolhimento a menos do ICMS devido na condição de empresa de pequeno porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração de

ICMS – SimBahia por ter, o contribuinte, recolhido a menos o ICMS em virtude de desenquadramento de faixa, no exercício de 2005.

O contribuinte não contesta os valores lançados no Auto de Infração e confessa o conhecimento de que sua receita bruta, nos termos da legislação vigente à época dos fatos, o enquadrava como empresa de pequeno porte, alegando apenas que o não recolhimento integral do imposto deu-se em virtude de que, no período de junho a setembro de 2005, não conseguiu emitir o DAE para recolhimento do imposto por meio do Sistema da SEFAZ.

O imposto lançado diz respeito aos meses de junho a setembro de 2005, mas o lançamento de ofício ocorreu na data de 30/06/2007, portanto vinte meses após a data de ocorrência do último período lançado no Auto de Infração. Embora o defendente alegue ter agido regularmente no trato dos recolhimentos e lançamentos dos tributos, o mesmo não providenciou, neste lapso de tempo, o pagamento do débito tributário, e não ofereceu Denúncia Espontânea do montante de ICMS referente à diferença apurada e não contestada neste processo, motivo pelo qual foi realizado o presente lançamento de ofício. Ademais, nos termos do artigo 40, §2º, da Lei nº 7.014/96, a responsabilidade por infração relativa ao ICMS independe da intenção do agente ou do beneficiário.

O levantamento do débito, conforme Planilha anexada pelo preposto fiscal aos autos, à fl. 04, espelha os valores informado pelo contribuinte nas colunas “Receita Bruta Mensal” e “Aquisição de Mercadorias e Serviços Mensal”, na tabela que este anexa à fl. 10, no que tange aos meses de janeiro a junho/2005, e o sujeito passivo não contestou os montantes listados na citada Planilha elaborado pelo Fisco. Recolhido a menos o imposto, conforme demonstrado nos autos e não contestado pelo contribuinte, foi lavrado corretamente o Auto de Infração. Imputação mantida.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206885.0069/07-6**, lavrado contra **A. R. ALVES MOURA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$5.086,76**, acrescido da multa de 50% prevista no art. 42, incisos I, “b”, item 3, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de outubro de 2007

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - RELATORA

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR